

Inclusivamente : Direitos Humanos no Envelhecimento e na Saúde Mental

ENTRAJUDA em Colaboração com Fundação Vasco Vieira de Almeida e Rede Europeia Anti-Pobreza - Portugal

Descrição

Na sequência da entrada em vigor do novo regime jurídico do Maior Acompanhado, o qual veio introduzir um conjunto de alterações legislativas abrangentes e complexas, cresce o desafio de consolidar a intervenção dos/as cuidadores/as formais e informais, através da sua capacitação em matéria de prestação de cuidados a “maiores acompanhados” e dos limites da sua intervenção.

A quem se destina

Colaboradores de entidades da economia social que atuem na área de prestação de cuidados a pessoas idosas, em situação de dependência ou com capacidade diminuída.

Data: 14 e 15 de Junho 2023

Horário: 10h00-13h00 (6 horas no total)

Taxa de Inscrição:

20 EUR por participante

Local: *Online* via Plataforma Zoom

FORMADORAS

Paula Magalhães e Maria do Rosário Zincke dos Reis | EAPN Portugal Rede Europeia Anti Pobreza

OBJECTIVOS DE APRENDIZAGEM

No final desta ação, os participantes estarão aptos a:

- Contribuir para a construção de práticas mais esclarecidas no âmbito da intervenção com pessoas idosas, com deficiência ou em situação de dependência
- Consolidar a intervenção dos/as cuidadores/as formais e informais, através da sua capacitação em matéria da prestação de cuidados a “maiores acompanhados”
- Capacitar para o exercício inclusivo, pleno e responsável da cidadania e sensibilizar para a garantia dos direitos das pessoas com capacidade diminuída

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Enquadramento jurídico da intervenção gerontológica e direitos dos clientes

- Principais normas internacionais (Nações Unidas, Conselho da Europa, União Europeia, Convenção dos Direitos das Pessoas com Deficiência).
- Enquadramento Jurídico Nacional - Constituição da República Direitos Fundamentais e Pessoais e a sua defesa no contexto da intervenção gerontológica.
- O Direito de Família e os limites da intervenção dos cuidadores informais
- Os instrumentos jurídicos de apoio à intervenção (regulamentos internos, contratos a celebrar com o cliente, proteção de dados)

Estatuto do Maior Acompanhado - Novo paradigma no exercício da capacidade jurídica

- Capacidade Jurídica; Formas legítimas de atuação no interesse e em representação da pessoa com capacidade diminuída
- Estatuto do Maior Acompanhado: Novo Paradigma, discussão de casos práticos e conclusões

MODALIDADE DE FORMAÇÃO

Formação de atualização/aperfeiçoamento

MODELO DE ENSINO

À distância – Sessões Síncronas

RECURSOS PEDAGÓGICOS

Computador ou dispositivo móvel com áudio, câmara vídeo e acesso à internet, que permita a utilização da plataforma Zoom; Apresentação.

CRITÉRIOS E METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO

AVALIAÇÃO INICIAL: Através da análise do perfil dos formandos.
Contrato de Formação com EAPN Portugal/Rede Europeia Anti-Pobreza
Certificados e Controlo de presenças será efetuado pela EAPN Portugal
AVALIAÇÃO DA SATISFAÇÃO DO FORMANDO: Realizada através de um questionário de apreciação, onde os formandos poderão indicar opiniões, reclamações e sugestões de melhoria.

METODOLOGIA

Utilização dos métodos expositivos, interrogativos e ativo.